



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10768.721282/2023-69</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	2101-003.067 – 2 <sup>a</sup> SEÇÃO/1 <sup>a</sup> CÂMARA/1 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	10 de março de 2025
<b>RECURSO</b>	VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTE</b>	THEREZINHA MARIA DO CARMO GOBBI
<b>INTERESSADO</b>	FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF**

Exercício: 2021

IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Mantém-se a glosa efetuada quando os valores deduzidos na declaração de rendimentos a título de IRRF não são comprovados por documentação hábil e idônea.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao Recurso Voluntário.

Sala de Sessões, em 10 de março de 2025.

*Assinado Digitalmente*

**Roberto Junqueira de Alvarenga Neto – Relator**

*Assinado Digitalmente*

**Mário Hermes Soares Campos – Presidente**

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Ana Carolina da Silva Barbosa, Cleber Ferreira Nunes Leite, Ricardo Chiavegatto de Lima (substituto[a] integral), Roberto Junqueira de Alvarenga Neto, Wesley Rocha, Mario Hermes Soares Campos (Presidente). Ausente(s) o conselheiro(a) Antonio Savio Nastureles, substituído(a) pelo(a) conselheiro(a) Ricardo Chiavegatto de Lima.

## RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) que julgou improcedente a impugnação apresentada contra a Notificação de Lançamento referente ao Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2021, ano-calendário 2020.

A Notificação de Lançamento reduziu o imposto a restituir de R\$ 117.019,20 para R\$ 34.445,02, em razão da glosa de compensação de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no valor de R\$ 82.574,18, sob o fundamento de duplicidade na declaração.

A contribuinte é beneficiária de pensão por morte do Comando da Aeronáutica. No ano-calendário 2020, além da pensão mensal, recebeu Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA) no valor de R\$ 435.811,34, com retenção de IRRF de R\$ 82.574,18.

Em 01/12/2021, foi reconhecido seu direito à isenção do imposto de renda por moléstia grave, com efeitos retroativos a 18/08/2004.

Na Declaração de Ajuste Anual, o valor do IRRF sobre o RRA foi informado tanto na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular" quanto na ficha "Rendimentos Tributáveis de Pessoa Jurídica Recebidos Acumuladamente pelo Titular".

A DRJ manteve a glosa do IRRF por entender que houve duplicidade na declaração do imposto retido.

Em seu Recurso Voluntário, a contribuinte alega, em síntese, que: a) não houve duplicidade, mas sim a necessidade de declarar o IRRF nas duas fichas para viabilizar a restituição; b) tem direito à isenção do imposto sobre os RRA por ser portadora de moléstia grave; c) o valor total de IRRF de R\$ 107.573,99 foi reconhecido pela autoridade fiscal, mas apenas parte foi restituída.

Os autos foram remetidos ao CARF para julgamento.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro **Roberto Junqueira de Alvarenga Neto**, Relator

### 1. Admissibilidade

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Decreto n° 70.235/72. Portanto, o recurso deve ser conhecido.

### 2. Mérito

A questão central deste processo diz respeito à forma como foi declarado o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA).

Conforme demonstrado nos autos, a contribuinte declarou o mesmo valor de IRRF (R\$ 82.574,18) em duas fichas distintas da Declaração de Ajuste Anual: na ficha "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica pelo Titular" e na ficha "Rendimentos Tributáveis de Pessoa Jurídica Recebidos Acumuladamente pelo Titular".

Ainda que a recorrente alegue que tal procedimento foi necessário para viabilizar a restituição do imposto retido, tal argumento não pode prosperar. O procedimento correto seria declarar o RRA e o respectivo IRRF exclusivamente na ficha específica para este tipo de rendimento, qual seja, "Rendimentos Tributáveis de Pessoa Jurídica Recebidos Acumuladamente pelo Titular".

A declaração do mesmo valor de IRRF em duas fichas distintas caracteriza inequívoca duplicidade, que resulta em majoração indevida do valor a restituir. O fato de a contribuinte possuir direito à isenção por moléstia grave não autoriza a utilização de procedimento irregular para obter a restituição.

Portanto, sem razão a recorrente.

### 3. Conclusão

Diante do exposto, voto por **negar** provimento ao recurso voluntário.

*Assinado Digitalmente*

**Roberto Junqueira de Alvarenga Neto**